

Edição nº 12/16

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria das Sessões
Serviço de Jurisprudência

Boletim informativo

Decisões TCDF

O texto apresentado neste informativo constitui-se em um extrato produzido pelo Serviço de Jurisprudência sobre o posicionamento do TCDF em matérias abordadas por ocasião do julgamento do processo e que conduziu à decisão referenciada, mas não representa o texto da decisão, não sendo, portanto, repositório oficial. Para conhecimento mais aprofundado da matéria, acesse o inteiro teor da decisão, das peças processuais e de outras normas citadas, utilizando os links disponibilizados neste informativo.

Sessões de 26, 27 e 28 de abril de 2016.

Sumário

CONTAS

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE. PASSAGEM DE MILITAR PARA A INATIVIDADE. PREJUÍZO AO ERÁRIO. RESSARCIMENTO. SIMULAÇÃO. DOLO.

LICITAÇÃO

LICITAÇÃO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. INFRAÇÃO A NORMA LEGAL. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. APLICAÇÃO DE MULTA. ATENUANTE. ATUAÇÃO PRÉVIA DO TRIBUNAL.

LICITAÇÃO. REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA.

LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. CERTIFICADO DE REGISTRO DE PRODUTO. CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO – CBPF. PROTOCOLO DE REVALIDAÇÃO.

PESSOAL.

PESSOAL. PENSÃO. UNIÃO ESTÁVEL. AUSÊNCIA DE DECISÃO JUDICIAL. MEIOS DE PROVA.

PESSOAL. APOSENTADORIA. ACUMULAÇÃO DE PROVENTOS. RETORNO DE SERVIDOR APOSENTADO AO SERVIÇO PÚBLICO. EXERCÍCIO DE CARGOS INACUMULÁVEIS ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA EMENDA CONSTITUCIONAL 20/1998. DIREITO ADQUIRIDO.

PESSOAL. APOSENTADORIA COMPULSÓRIA. DIREITO ADQUIRIDO A APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. OPÇÃO PELA REGRA MAIS BENÉFICA. CÁLCULO DOS PROVENTOS. REAJUSTE DOS PROVENTOS.

PESSOAL. CONCURSO PÚBLICO. IDADE LIMITE PARA INGRESSO NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DF – CBMDF E NA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – PMDF. DATA DE ENCERRAMENTO DAS INSCRIÇÕES.

PROCESSUAL. COMPETÊNCIA DO TCDF.

PROCESSUAL. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. ENCERRAMENTO DA TCE.

PROCESSUAL. TOMADA DE CONTAS ANUAL – TCA. APLICAÇÃO DE MULTA OU IMPUTAÇÃO DE DÉBITO EM PROCESSO AUTÔNOMO. REFLEXO NO JULGAMENTO DE CONTAS ANUAIS. AUDIÊNCIA PRÉVIA DO RESPONSÁVEL. OPORTUNIDADE DE DEFESA. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA.

PROCESSUAL. PEDIDO DE REEXAME. EFEITO SUSPENSIVO. VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE.

PROCESSUAL. ADMISSIBILIDADE DE RECURSO. DENOMINAÇÃO INCORRETA DE PEÇA RECURSAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL.

PROCESSUAL. COMPETÊNCIA DO TCDF. EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO. REPASSE DE RECURSOS DA UNIÃO PARA MANUTENÇÃO DA POLÍCIA MILITAR – PMDF. APLICAÇÃO DOS RECURSOS PELO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

PROCESSUAL. NOTIFICAÇÃO PARA RECOLHIMENTO DE MULTA. TENTATIVA DE OCULTAÇÃO OU RECUSA DE APOSIÇÃO DO CIENTE. NOTIFICAÇÃO POR EDITAL.

PROCESSUAL. ADMISSIBILIDADE DE RECURSO. INTEMPESTIVIDADE. CONTAGEM DE PRAZO. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – CPC. AUSÊNCIA DE LACUNA LEGAL. RITO PROCESSUAL PRÓPRIO.

PROCESSUAL. COMPETÊNCIA DO TCDF. CONTROLE DA GESTÃO AMBIENTAL. ÁREAS DE ABRANGÊNCIA.

PROCESSUAL. REPRESENTAÇÃO. LEGITIMIDADE. CIDADÃO.

PROCESSUAL. TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS – TCE. PREJUÍZO AO ERÁRIO. IMPOSSIBILIDADE DE APURAÇÃO. PRINCÍPIOS DA RACIONALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DA ECONOMIA PROCESSUAL. ENCERRAMENTO DAS CONTAS ESPECIAIS.

CONTAS

1. [DECISÃO Nº 2034/2016](#). PROCESSO Nº 4283/2015.

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE. PASSAGEM DE MILITAR PARA A INATIVIDADE. PREJUÍZO AO ERÁRIO. RESSARCIMENTO. SIMULAÇÃO. DOLO. Configura ato doloso a conduta do militar que simula a transferência de seu domicílio para o recebimento de indenização de transporte em razão de sua passagem para a inatividade, contribuindo para a concretização do erro cometido pela Administração.

Precedentes TCDF: Decisões nºs [2031/2016](#), [1741/2016](#), [2224/2015](#), [1838/2015](#), [4990/2014](#) e [3478/2014](#).

Decisão por unanimidade.

[voltar sumário](#)

LICITAÇÃO

1. [DECISÃO Nº 2047/2016](#). PROCESSO Nº 19832/2012.

LICITAÇÃO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. INFRAÇÃO A NORMA LEGAL. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. APLICAÇÃO DE MULTA. ATENUANTE. ATUAÇÃO PRÉVIA DO TRIBUNAL.

A ausência de prejuízo decorrente de atuação desta Corte de Contas previamente à execução de contrato irregular não atenua a penalização do responsável pelas infrações cometidas.

Decisão por unanimidade.

2. [DECISÃO Nº 1965/2016](#). PROCESSO Nº 21984/2014.

LICITAÇÃO. REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA.

A revogação de licitação antes da homologação e da adjudicação não enseja contraditório aos licitantes.

Precedentes: **TCDF:** Decisões nºs [1859/2016](#), [1791/2016](#), [721/2016](#) e [513/2016](#); **TCU:** [Acórdão nº 1041/2010-P](#).

Decisão por unanimidade.

3. [DECISÃO Nº 1954/2016](#). PROCESSO Nº 28059/2014.

LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. CERTIFICADO DE REGISTRO DE PRODUTO. CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO – CBPF. PROTOCOLO DE REVALIDAÇÃO.

“O Certificado de Registro do Produto e o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF)/ANVISA somente podem ser exigidos quando da aquisição dos produtos, devendo ser aceitos protocolos de revalidação, conforme regulado na [RDC ANVISA nº 185/2001](#) e no art. 42 da [RDC ANVISA nº 39/2013](#)”.

Precedentes TCDF: Decisões nºs [102/2016](#), [05/2016](#), [865/2015](#) e [6231/2014](#).

Decisão por unanimidade.

[voltar sumário](#)

PESSOAL.1. [DECISÃO Nº 2053/2016](#). PROCESSO Nº 37451/2015-e.

PESSOAL. PENSÃO. UNIÃO ESTÁVEL. AUSÊNCIA DE DECISÃO JUDICIAL. MEIOS DE PROVA.

Para provar-se a condição de companheiro, visando a concessão de benefício previdenciário, é dispensável decisão judicial proferida em ação de reconhecimento e dissolução de sociedade de fato, podendo a união estável ser comprovada a partir de outros documentos hábeis.

Decisão por unanimidade.

2. [DECISÃO Nº 2045/2016](#). PROCESSO Nº 33282/2005.

PESSOAL. APOSENTADORIA. ACUMULAÇÃO DE PROVENTOS. RETORNO DE SERVIDOR APOSENTADO AO SERVIÇO PÚBLICO. EXERCÍCIO DE CARGOS INACUMULÁVEIS ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA [EMENDA CONSTITUCIONAL 20/1998](#). DIREITO ADQUIRIDO.

Admite-se a acumulação de proventos decorrentes do exercício de cargos inacumuláveis na atividade se o servidor, já aposentado, houver retornado ao serviço público e se aposentado ou cumprido os requisitos para a segunda aposentadoria, em data anterior à publicação da [EC nº 20/1998](#).

Precedentes TCDF: Decisões nºs [2044/2016](#), [600/2016](#) e [2034/2015](#).

Precedentes STF: [MS 32.833/2014](#) (Decisão monocrática), [RE 635.011/2012](#) e [RE 593.027/2010](#).

Decisão por unanimidade.

3. [DECISÃO Nº 2035/2016](#). PROCESSO Nº 37192/2015-e.

PESSOAL. APOSENTADORIA COMPULSÓRIA. DIREITO ADQUIRIDO A APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. OPÇÃO PELA REGRA MAIS BENÉFICA. CÁLCULO DOS PROVENTOS. REAJUSTE DOS PROVENTOS.

1. A aposentadoria compulsória de que trata o artigo 40 da [Constituição Federal](#) é regra de observância obrigatória tanto para a Administração, quanto para o servidor. Portanto, ainda que este possua direito à aposentadoria em outra modalidade, tendo ultrapassado os setenta anos, sua discricionariedade no pedido de aposentadoria extingue-se pela prevalência da aposentadoria compulsória.

2. O servidor sujeito à aposentadoria compulsória pode optar pela forma mais benéfica de cálculo e de reajuste dos seus proventos, observados os critérios estabelecidos em lei.

Precedentes TCDF: Decisões nºs [1770/2015](#) e [2588/2011](#).

Nota: [Súmula 359/STF](#): “Ressalvada a revisão prevista em lei, os proventos da inatividade regulam-se pela lei vigente ao tempo em que o militar, ou o servidor civil, reuniu os requisitos necessários”.

Decisão por unanimidade.

4. [DECISÃO Nº 2001/2016](#). PROCESSO Nº 37877/2015.

PESSOAL. CONCURSO PÚBLICO. IDADE LIMITE PARA INGRESSO NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DF – CBMDF E NA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – PMDF. DATA DE ENCERRAMENTO DAS INSCRIÇÕES.

A verificação da idade limite para ingresso nas corporações militares do Distrito Federal (CBMDF e PMDF) deve ocorrer no momento da inscrição no concurso público.

Decisão por unanimidade.

[voltar sumário](#)

PROCESSUAL. COMPETÊNCIA DO TCDF.

1. [DECISÃO Nº 2084/2016](#). PROCESSO Nº 35262/2008.
PROCESSUAL. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. ENCERRAMENTO DA TCE.
Encerra-se a tomada de contas especial se verificada a ausência de prejuízo ao erário, com o consequente arquivamento dos autos.
Decisão por maioria.

2. [DECISÃO Nº 2069/2016](#). PROCESSO Nº 28592/2008.
PROCESSUAL. TOMADA DE CONTAS ANUAL – TCA. APLICAÇÃO DE MULTA OU IMPUTAÇÃO DE DÉBITO EM PROCESSO AUTÔNOMO. REFLEXO NO JULGAMENTO DE CONTAS ANUAIS. AUDIÊNCIA PRÉVIA DO RESPONSÁVEL. OPORTUNIDADE DE DEFESA. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA.
O julgamento de contas anuais requer a audiência prévia do responsável apenas com multa ou imputação de débito em processo autônomo, para que se manifeste acerca do reflexo, em suas contas anuais, dos fatos que ensejaram a aplicação da penalidade ou da imputação de débito, em atenção aos princípios do contraditório e da ampla defesa, ante a possibilidade de os fatos apurados acarretarem o julgamento pela irregularidade das contas.
Precedentes TCDF: Decisões nºs [533/2016](#) e [484/2016](#).
Decisão por unanimidade.

3. [DECISÃO Nº 2049/2016](#). PROCESSO Nº 1084/2014.
PROCESSUAL. PEDIDO DE REEXAME. EFEITO SUSPENSIVO. VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE.
A concessão do efeito suspensivo não exige o recorrente da devolução de valores percebidos em desconformidade com a decisão recorrida, caso o recurso seja desprovido.
Precedentes TCDF: Decisões nºs [1962/2016](#), [1698/2016](#), [175/2016](#), [73/2016](#) e [5807/2015](#).
Decisão por unanimidade.

4. [DECISÃO Nº 2046/2016](#). PROCESSO Nº 25388/2010.
PROCESSUAL. ADMISSIBILIDADE DE RECURSO. DENOMINAÇÃO INCORRETA DE PEÇA RECURSAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL.
A denominação incorreta de peça recursal não impede o seu conhecimento, desde que atendidos os pressupostos de admissibilidade, em homenagem ao princípio da fungibilidade recursal.
Precedentes TCDF: Decisões nºs [1661/2016](#), [1109/2016](#), [6128/2014](#), [5548/2014](#), [2875/2014](#), [2521/2014](#), [2514/2014](#), [1770/2014](#), [1314/2012](#) e [5564/2011](#).
Decisão por unanimidade.

5. [DECISÃO Nº 2034/2016](#). PROCESSO Nº 4283/2015.
PROCESSUAL. COMPETÊNCIA DO TCDF. EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO. REPASSE DE RECURSOS DA UNIÃO PARA MANUTENÇÃO DA POLÍCIA MILITAR – PMDF. APLICAÇÃO DOS RECURSOS PELO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.
Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal compete fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à PMDF repassados pela União em cumprimento ao art. 21, inciso XIV, da [CF](#), por se tratar de órgão integrado à estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal e cujo controle, portanto, não se enquadra no artigo 71, VI, da [CF/1988](#).
Precedentes TCDF: Decisões nºs [2031/2016](#), [1741/2016](#), [59/2016](#) e [5002/2005](#).
Decisão por unanimidade.

6. [DECISÃO Nº 2033/2016](#). PROCESSO Nº 31777/2014.

PROCESSUAL. NOTIFICAÇÃO PARA RECOLHIMENTO DE MULTA. TENTATIVA DE OCULTAÇÃO OU RECUSA DE APOSIÇÃO DO CIENTE. NOTIFICAÇÃO POR EDITAL.

A ocultação ou recusa de aposição de ciente em comunicação de audiência ou notificação não supre a necessidade de notificação do responsável por edital para recolhimento da multa imputada.

Precedente TCDF: [Decisão nº 908/2016](#).

Decisão por unanimidade.

7. [DECISÃO Nº 2027/2016](#). PROCESSO Nº 7464/2012.

PROCESSUAL. ADMISSIBILIDADE DE RECURSO. INTEMPESTIVIDADE. CONTAGEM DE PRAZO. APLICAÇÃO DO [CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL](#) – CPC. AUSÊNCIA DE LACUNA LEGAL. RITO PROCESSUAL PRÓPRIO.

1. Os prazos processuais neste Tribunal de Contas são contados, dia a dia, a partir da data de recebimento das comunicações do Tribunal, mediante ofício, conforme art. 203 do [Regimento Interno do TCDF](#).

2. ‘As normas processuais gerais somente se aplicam a esta Corte de Contas de forma subsidiária, no caso de lacuna legal ou normativa’.

Precedentes TCU: Acórdãos nºs [3644/2012-I](#), [423/2010-II](#), [4393/2009-I](#), [2449/2009-P](#), [902/2009-I](#), [2400/2006-I](#), [288/2004-P](#) e [69/2003-II](#).

Decisão por unanimidade.

8. [DECISÃO Nº 1999/2016](#). PROCESSO Nº 12798/2016-e.

PROCESSUAL. COMPETÊNCIA DO TCDF. CONTROLE DA GESTÃO AMBIENTAL. ÁREAS DE ABRANGÊNCIA.

A fiscalização da Gestão Ambiental exercida pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal abrange ações de análise, acompanhamento e auditoria nas áreas de competência previstas no art. 2º e parágrafo único da [Resolução nº 180/2007](#), não se restringindo ao controle de eventuais danos financeiros causados ao erário distrital.

Decisão por unanimidade.

Nota: [Resolução TCDF nº 180, de 13 de setembro de 2007](#), “Dispõe sobre as formas de atuação do Tribunal de Contas do Distrito Federal e sobre a estrutura para operacionalização das ações de análise, acompanhamentos e auditorias, relativas ao controle da Gestão Ambiental e à preservação da qualidade de vida da população do Distrito Federal”, e seu art. 2º prevê que: “A fiscalização da Gestão Ambiental abrange ações de análise, acompanhamento e auditoria, podendo o Tribunal atuar, no âmbito de sua competência, nas seguintes áreas: I – política ambiental do Distrito Federal; II – sistema de gestão dos recursos hídricos e sistema de abastecimento de água; III – sistema de coleta, transporte e tratamento de esgotos; IV – sistema de limpeza urbana; V – política distrital de resíduos sólidos e hospitalares; VI – política de gestão de reciclagem de resíduos sólidos; VII – atuação dos órgãos e entidades distritais responsáveis pelos licenciamentos e pelas fiscalizações ambientais; VIII – programas governamentais voltados para o meio ambiente; IX – utilização dos recursos naturais nos empreendimentos governamentais; X – ações que objetivem incentivar a proteção ou utilização do meio ambiente; XI – ações de educação ambiental; XII – políticas distritais relativas a proteção ou utilização do meio ambiente; XIII – proteção das unidades de conservação ambiental; XIV – proteção da cobertura vegetal; XV – policiamento ambiental; XVI – planejamento urbano e parcelamento do solo; XVII – sistema de proteção ao meio ambiente cultural; XVIII – controle da poluição sonora e eletromagnética; XIX – licenciamento e fiscalização dos postos de combustíveis e terminais derivados de petróleo; XX – fundo único de meio ambiente do Distrito Federal – FUNAM; XXI – passivo ambiental; XXII – controle de assoreamento de rios e lagos; XXIII – ações de proteção ao patrimônio genético; XXIV – sistema de proteção ao meio ambiente do trabalho; XXV – controle da aplicação de agrotóxicos; XXVI – convênios firmados para otimizar as ações de defesa e preservação do meio ambiente; XXVII – incentivos governamentais à produção e à instalação de equipamentos e à criação ou à absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental; XXVIII – incentivos governamentais destinados a atividades potencial ou efetivamente degradadoras; XXIX – projetos e atividades que potencial ou efetivamente causem impactos diretos ao meio ambiente; XXX - ações que visem a induzir processos produtivos coerentes com o modelo de desenvolvimento sustentável. Parágrafo único. Além das áreas previstas nos incisos anteriores, o Tribunal de Contas do Distrito Federal poderá atuar em outras áreas ambientais compreendidas no âmbito de sua competência”.

VENDA PROIBIDA. Informativo disponível em <http://www.tc.df.gov.br/web/tcdf1/decisoes-tcdf-boletim>

9. [DECISÃO Nº 1914/2016](#). PROCESSO Nº 11864/2016-e. (Referenda o Despacho Singular nº 165/2016 – GC/PT).

PROCESSUAL. REPRESENTAÇÃO. LEGITIMIDADE. CIDADÃO.

Admite-se Representação a esta Corte de Contas oferecida por cidadão.

Precedentes TCDF: Decisões nºs [321/2016](#), [1666/2013](#) e [3474/2012](#).

Decisão por unanimidade neste ponto.

10. [DECISÃO Nº 1905/2016](#). PROCESSO Nº 14864/2014.

PROCESSUAL. TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS – TCE. PREJUÍZO AO ERÁRIO. IMPOSSIBILIDADE DE APURAÇÃO. PRINCÍPIOS DA RACIONALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DA ECONOMIA PROCESSUAL. ENCERRAMENTO DAS CONTAS ESPECIAIS.

‘A impossibilidade de caracterizar, com exatidão, a existência de prejuízo ao erário justifica o encerramento das contas especiais’.

Precedentes TCDF: Decisões nºs [1807/2016](#), [910/2016](#) e [233/2015](#).

Decisão por unanimidade.

[voltar sumário](#)